

## Desenvolvimento Rural

# Dinâmica da agricultura em regiões periféricas: o caso de Porto Lucena e Porto Vera Cruz no Noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil

Dynamics of agriculture in peripheral regions: the case of Porto Lucena and Porto Vera Cruz, Northwest of Rio Grande do Sul, Brazil

José Tobias Marks Machado<sup>I</sup> , Lovois de Andrade Miguel<sup>II</sup> , Jeferson Tonin<sup>III</sup> 

<sup>I</sup> Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Santa Helena, PR, Brasil

<sup>II</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Econômicas, RS, Brasil

<sup>III</sup> Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, AM, Brasil

## RESUMO

A história da agricultura da metade norte do Rio Grande do Sul revela que essa porção do território gaúcho foi alvo de um intenso processo de colonização, ao final do século XIX e início do século XX. Por conta disso, atualmente a região destaca-se pela predominante presença de estabelecimentos da agricultura familiar. Todavia, o processo de colonização deste grande território apresenta importantes heterogeneidades, revelando a existência de locais periféricos, típicos de um processo de ocupação tardio. O trabalho tem como objetivo elucidar a dinâmica da agricultura em uma região periférica do Rio Grande do Sul, dentro da região Noroeste. Para tanto, foi realizada uma análise comparada do desenvolvimento da agricultura dos municípios de Porto Lucena e Porto Vera Cruz, em relação à dinâmica geral da agricultura da mesorregião Noroeste. O trabalho se baseou teórico e metodologicamente na Teoria dos Sistemas Agrários. Como resultado a análise comparada das transformações históricas, demonstra que o menor apoio à instalação das colônias, o isolamento local, a dificuldade de desenvolvimento de uma infraestrutura viária e a baixa capitalização inicial dos agricultores, comprometeram a inserção da região periférica analisada na economia regional. Tais especificidades fizeram com que a dinâmica atual da agricultura dos municípios estudados, contraste com o desenvolvimento hegemônico da agricultura da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural; História da agricultura; Sistemas agrários

## ABSTRACT

---

The history of agriculture in the north of Rio Grande do Sul shows that this territory had an intense process of colonization, in the late 19th and early 20th centuries. Currently, this region is characterized by the predominant presence of family farmers. The colonization process of this large territory presents heterogeneities, revealing the existence of peripheral places, typical of a late occupation process. The objective of the article is to analyze the dynamics of agriculture in a peripheral region of Rio Grande do Sul, within the Northwest region. For this propose a comparative analysis of the development of agriculture in the municipalities of Porto Lucena, Porto Vera Cruz and Northwest was carried out. The work was theoretically and methodologically based on the Agrarian Systems Approach. As a result, the comparative analysis of the historical transformations shows that the lower support for the installation of the colonies, the local isolation, the difficulty of developing a road infrastructure and the low initial capitalization of the farmers, compromised the insertion of the peripheral region analyzed in the regional economy. These differences made the current dynamics of agriculture in the studied municipalities contrast with the development of agriculture in the Northwest region of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Agrarian system; Agricultural history; Rural development

## 1 INTRODUÇÃO

Sem desprezar outros fatores conjunturais e históricos, pode-se afirmar que o processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul está estreitamente vinculado ao tipo de vegetação natural predominante. Assim, de acordo com as características do meio natural, é consensual delimitar duas grandes linhas histórico-evolutivas da agricultura gaúcha (MIGUEL, 2018; ZARTH, 1997). Em termos gerais, as regiões onde predominavam os campos naturais, majoritariamente localizados ao sul e no nordeste do estado, sustentaram o desenvolvimento de uma pecuária bovina de corte de cunho extensivo. Dessa forma, nas regiões de campo do sul do estado, também conhecida como Campanha Gaúcha, a história da agricultura apresenta relação direta, desde o século XVII, com a bovinocultura de corte. Por sua vez, as regiões florestadas da metade norte do Rio Grande do Sul tiveram a peculiaridade de servirem como áreas de implementação de grandes projetos de colonização. Nesses locais, sobretudo a partir do século XIX, um vasto contingente de imigrantes de origem europeia foi assentado em pequenas glebas de terra.

Embora possa haver distinções claras sobre as grandes linhas evolutivas da agricultura e dos modos de ocupação do sul e do norte do Rio Grande do Sul, tomar

tais regiões como homogêneas revela-se um equívoco nos estudos rurais. Um exemplo demonstrativo disso se assenta no fato de que, por algum tempo, foi negada, ou ao menos não reconhecida, a presença da agricultura familiar na metade sul do estado. Todavia, estudos recentes têm pontuado que a pecuária de corte em campo nativo não pode ser compreendida como uma atividade unicamente desenvolvida por grandes criadores e a categoria do pecuarista familiar tem ganhado respaldo acadêmico e espaço nas políticas públicas (MATTE; WAQUIL, 2016; WAQUIL *et al.*, 2016). Da mesma forma, estudos sobre as desigualdades regionais no estado pretensamente estabeleceram uma divisão entre as chamadas “metade rica e metade pobre”, em que o Sul era tratado como a porção empobrecida, enquanto que o norte era considerado como a metade mais rica (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994). Contrapondo essa interpretação, Waquil e Filippi (2008) destacam não haver indicadores claros para tal distinção proposta. Segundo os autores, a porção norte do estado possui internamente uma elevada heterogeneidade de dinâmicas de desenvolvimento. Corroborando com isso, em um estudo mais recente, Concha, Waquil e Schneider (2013) confirmaram a existência de dinâmicas diferenciadas no Norte, principalmente na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul.

Certamente as causas para tais dinâmicas diferenciadas e não hegemônicas no norte do estado não derivam de um único fator explicativo. Porém, levando em consideração que foi essa a porção do estado que se caracterizou por ter recebido os projetos de colonização, cabem algumas reflexões sobre o processo histórico de ocupação. Para Silva Neto (1994), a expansão da colonização das regiões de floresta do Rio Grande do Sul pode ser dividida em três períodos. O primeiro período, entre os anos 1824 e 1890, foi marcado pela instalação de colônias nas chamadas “Colônias Velhas”, em um raio de cerca de 200 quilômetros de Porto Alegre. Como característica marcante, este primeiro movimento assentou famílias de agricultores vindos diretamente da Europa em lotes de aproximadamente 77 hectares de terra. A partir de 1850, dado o grande número de famílias a serem

assentadas, o tamanho dos lotes foi diminuído para 48 hectares (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). Tanto o tamanho dos lotes como a proximidade de Porto Alegre, foram fatores que influenciaram na prosperidade da agricultura familiar nessas primeiras colônias. Contudo, o esgotamento das terras disponíveis para o assentamento das novas famílias imigrantes acarretou na necessidade de busca de outras áreas para colonização (SILVA NETO, 2015).

A fundação da Colônia de Ijuhy, em 1890 na região Noroeste do Rio Grande do Sul, marcaria o início do segundo período da colonização do Rio Grande do Sul também conhecido como o processo de instalação das “Colônias Novas”. Assim, de 1890 até 1920 seriam organizadas e estabelecidas inúmeras novas colônias no Noroeste gaúcho. Para as novas colônias se dirigiram tanto descendentes dos agricultores das Colônias Velhas, como imigrantes não ibéricos vindos diretamente da Europa. Um aspecto importante a ser destacado é o fato de que diferente da instalação das Colônias Velhas, os agricultores foram assentados em lotes de uma dimensão máxima de 25 hectares (FRANTZ; SILVA NETO, 2015; SILVA NETO, 2014). Por fim, o terceiro e último período de expansão da ocupação do Rio Grande do Sul se daria posteriormente ao ano de 1920, e seria marcado pelo fim da política pública de colonização. Foi ao longo deste período que foram incorporadas ao processo de colonização as áreas de floresta remanescentes do Noroeste gaúcho. Diferente dos dois primeiros períodos, este terceiro processo de ocupação parece ter se caracterizado por uma menor organização e apoio por parte do Estado.

Dadas as circunstâncias em que se desenvolveram os três momentos de ocupação, pode-se afirmar que, por si só, os elementos históricos da ocupação tenderiam a exercer algum tipo de influência sobre a dinâmica da agricultura dos territórios ao Norte do estado. Tratando-se em específico do terceiro período, Silva Neto (2015) sugere que os agricultores instalados em áreas remanescentes do Noroeste gaúcho, além de um apoio precário por parte do Estado, tiveram acesso a terras com uma aptidão agrícola restrita. Assim, a agricultura implementada nesses locais foi caracterizada por uma forte heterogeneidade e elevada

precariedade para sua consolidação e desenvolvimento. Dessa forma, para o escopo desse trabalho, as regiões colonizadas nesse terceiro período serão consideradas como “regiões periféricas”. Deve-se destacar que o entendimento do termo “regiões periféricas”, apresenta relação direta com o conceito de distância em relação a um centro previamente estabelecido. Neste caso, será considerado como centro as “Colônias Novas” instaladas no Noroeste, ou seja, as colônias estabelecidas no segundo período de ocupação do território sul rio-grandense.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo elucidar a dinâmica e as tendências evolutivas da agricultura em uma região periférica do Rio Grande do Sul, por meio da análise comparada do desenvolvimento da agricultura dos municípios de Porto Lucena e Porto Vera Cruz. Para tanto, além desta introdução, o manuscrito está organizado em mais quatro seções. Inicialmente são destacados os aspectos teóricos-metodológicos que embasam a abordagem utilizada. Em um segundo momento, são abordados aspectos e particularidades da história da agricultura do Noroeste do Rio Grande do Sul. Na penúltima seção é realizada uma análise das dinâmicas e tendências da agricultura nos municípios de Porto Lucena e Porto Vera Cruz, de forma comparada à dinâmica geral da região Noroeste. Na quinta e última seção são apresentadas algumas considerações finais.

## **2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA TEORIA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS**

A reconfiguração geopolítica e econômica no pós-guerra, exerceu influência sobre todas as esferas da sociedade, incluindo o mundo rural. Nesse sentido, a partir da metade do século XX, novas abordagens que buscassem entender as diferentes formas de agricultura e as suas respectivas dinâmicas espaciais, econômicas e produtivas, passam a ser demandadas. Instigado por esse contexto e buscado fornecer elementos que permitissem conciliar os aspectos sociais e temporais, emerge, no âmbito da Geografia Agrária, o

conceito de Sistemas Agrários (MIGUEL *et al.*, 2018). Tal concepção considerava o Sistema Agrário como um objeto de análise e observação, que é o produto das relações, em dado momento e em dado território, de uma sociedade rural com seu meio (DEFFONTAINES; BROSSIER, 2000).

Por sua vez, o advento da Revolução Verde, ou ainda nos termos destacados por Mazoyer e Roudart (2010), da Segunda Revolução Agrícola Capitalista, fez com que as Ciências Agrárias fossem confrontadas com uma crescente necessidade de aprofundar a compreensão dos aspectos complexos que permeavam a agricultura. Nesse sentido, promoveu-se uma progressiva reelaboração e ajuste do conceito original de Sistema Agrário. De modo mais preciso, Miguel *et al.* (2018) sinalizam que no âmbito das Ciências Agrárias, duas eram as preocupações centrais que moveram o aprimoramento do conceito. A primeira possuía relação com a aceleração do processo de intensificação produtiva da agricultura, tendo por base o uso do pacote tecnológico da Revolução Verde em várias partes do mundo. A segunda se atribuía a necessidade de avaliação crítica dos grandes projetos e ações de desenvolvimento rural e agrícola.

Em um momento inicial, as Ciências Agrárias vislumbravam a utilização do referencial teórico-metodológico proporcionado pelo conceito de sistemas agrários, como uma ferramenta para aprimorar e qualificar a compreensão das realidades complexas (MIGUEL, 2014). Miguel *et al.* (2018) avaliam que a utilização do instrumento mostrou tamanha eficácia que a abordagem passou a ser empregada para a elaboração e execução de ações em prol do desenvolvimento rural. Nesse sentido, uma inovação importante foi a adoção do enfoque sistêmico, que se diferenciava da abordagem analítica e cartesiana, hegemonicamente preconizada até então no meio científico (MIGUEL, 2018).

Sobre o enfoque sistêmico, Miguel (2014) afirma que a sua utilização permite explicar mecanismos internos que orientam e condicionam uma realidade agrária e que, muitas vezes, não dependem apenas das propriedades de seus elementos, mas sobretudo, de suas inter-relações. Em outras palavras, Silva Neto (2016), justifica que a

adoção do enfoque sistêmico possibilita revelar as relações existentes entre os elementos que constituem um determinado sistema. Além do enfoque sistêmico, a abordagem se apoia em uma análise da dinâmica histórica (MIGUEL, 2014).

Assim, foi em Mazoyer (1986) que é encontrado a definição amplamente utilizada de Sistema Agrário. Segundo o autor, um Sistema Agrário corresponde a um modo de exploração do meio, historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptadas às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento. Nesse sentido, Mazoyer e Roudart (2010) definem a Teoria dos Sistemas Agrários como um ferramental que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas empreendidas pelo homem.

Segundo os autores, “[...] cada Sistema Agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura, historicamente constituído e geograficamente localizado” (p. 71). Mazoyer e Roudart (2010) destacam ainda que ao se conceber a agricultura como um objeto complexo, e por consequência em termos de sistema, o seu funcionamento é analisado como uma combinação de funções interdependentes e complementares, que asseguram a circulação da matéria, da energia, e se tratando de um objeto econômico do valor. A análise sistêmica desse objeto complexo, permite sua decomposição em dois subsistemas principais que são o “ecossistema cultivado” e o “sistema social produtivo”, que compõem tanto a unidade de produção agrícola como o Sistema Agrário como um todo.

O ecossistema cultivado corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos do Sistema Agrário, correspondendo assim às modificações, mais ou menos profundas, impostas aos ecossistemas naturais para que a sociedade, nele instalada, obtenha produtos de seu interesse (SILVA NETO; BASSO, 2015; SILVA NETO; LIMA; BASSO, 1997). O sistema social, segundo Mazoyer e Roudart (2010), é composto por meios humanos (força de trabalho, conhecimento e o saber fazer), meios inertes (instrumentos e

equipamentos produtivos) e meios vivos (plantas cultiváveis e animais domesticados), disponíveis a uma população agrícola de uma determinada época, para renovar e explorar a fertilidade do ecossistema cultivado, de modo a satisfazer suas necessidades diretamente pelo autoconsumo, ou, indiretamente, via relações de troca.

O estudo da organização, do funcionamento e das inter-relações desses dois subsistemas principais é que permitem o entendimento da dinâmica de um Sistema Agrário. De modo que desta inter-relação se desdobra em um ecossistema historicamente constituído por meio da sua exploração e renovação, via um sistema social. Com isso, costuma-se afirmar que uma situação de desenvolvimento geral ocorre quando todas as unidades de produção progridem, adquirindo novos meios de produção, ampliando suas atividades, aumentando suas dimensões econômicas e seus resultados produtivos. Uma situação de desenvolvimento é desigual quando certas unidades de produção progridem muito mais depressa que outras. Por fim, uma situação de desenvolvimento pode ser considerada como sendo contraditória quando certas unidades de produção progridem, enquanto outras estão em crise e regridem. A crise de um Sistema Agrário é considerada como sendo uma crise geral, em que todos os tipos de unidades de produção regridem e tendem ao desaparecimento. Chama-se ainda de Revolução Agrícola a mudança no sistema agrário, de modo que ao longo do tempo podem surgir, desenvolver-se, declinar e suceder-se em uma dada região, Sistemas Agrários que constituem as etapas de uma série evolutiva própria (MAZOYER; ROUDART, 2010; MIGUEL, 2014; MIGUEL *et al.*, 2018).

Enfim, Miguel (2014) destaca que a os instrumentos intelectuais mobilizados pela Teoria dos Sistemas Agrários apresentam uma função heurística de apreender, analisar, compreender e explicitar uma realidade complexa, extremamente diversificada e constantemente mutável. O autor destaca que quando metodicamente explicada a organização e o funcionamento de um Sistema Agrário,



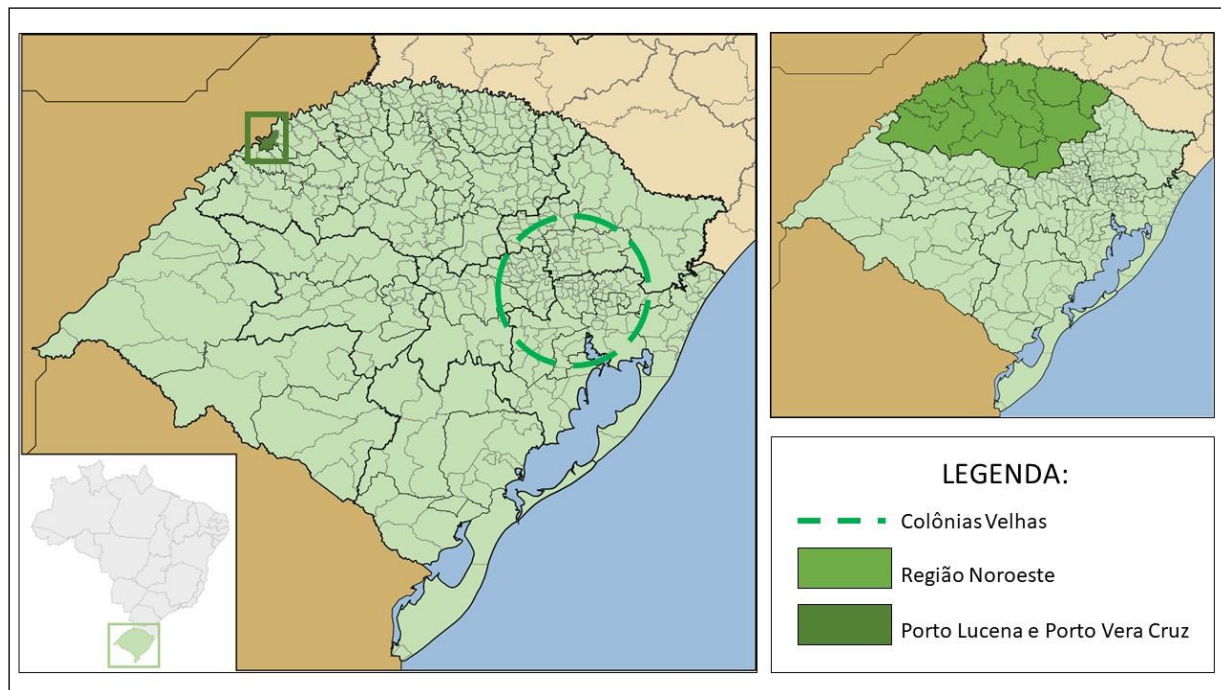
podemos conceber um arquétipo que proporciona uma imagem coerente de uma forma de agricultura e de uma realidade agrária.

## **2.1 Procedimentos metodológicos**

Para se atingir ao objetivo proposto pelo artigo, em um primeiro momento procedeu-se a reconstituição da história agrária do Noroeste do Rio Grande do Sul. O período analisado compreendeu o momento posterior à chegada dos primeiros imigrantes de origem não ibérica ao Noroeste, no ano de 1890. Esse primeiro momento foi reconstruído a partir de dados secundários. Nesse sentido, foram utilizados documentos e dados históricos, estatísticos, cartográficos e bibliográficos. As fontes consultadas foram principalmente o banco de dados de instituições de pesquisa como a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como a bibliografia disponível sobre o assunto. Posterior a essa primeira etapa, foi realizada a caracterização da história e do momento atual da agricultura dos municípios de Porto Lucena e Porto Vera Cruz (Figura 1), em que, além dos dados secundários, contou-se também com a realização de entrevistas semiestruturadas. Nesse caso, foram entrevistados agricultores, agentes da extensão rural, representantes sindicais e de cooperativas dos dois municípios. Estas entrevistas, tiveram a intenção de levantar dados primários sobre a história da agricultura, com informantes que vivenciaram os principais processos de desenvolvimento da agricultura analisada. A coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro de 2016 e março de 2017.

Como demonstrado na figura 1, os municípios de Porto Lucena e Porto Vera Cruz estão localizados na mesorregião Noroeste, margeados à leste e a noroeste pelo rio Uruguai, que delimita a fronteira entre Brasil e Argentina. Visualmente pode ser percebido que ambos os municípios se encontram na periferia da mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Localização dos municípios de Porto Lucena, Porto Vera Cruz, da Região Noroeste e das Colônias Novas



Fonte: Elaborado pelos autores com base em FEE (2011), Silva Neto (1994) e Silva Neto e Basso (2015)

### 3 HISTÓRIA DA AGRICULTURA DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

O início do segundo dos três ciclos de ocupação das regiões de floresta do Rio Grande do Sul, e que colonizou a região Noroeste, teve início em 1890. Tal ciclo teve seu ápice entre 1900 e 1912, momento em que os assentamentos de agricultores de descendência europeia, não ibérica, se multiplicam na região (SILVA NETO, 1994). Os lotes acordados aos colonizadores eram de 25 hectares, sendo a distribuição fiscalizada pelo Estado, e em alguns casos, pela própria Igreja (MARKS MACHADO; TONIN; SILVA NETO, 2016).

O período inicial das novas colônias era invariavelmente marcado pela predominância de uma agricultura baseada na policultura de subsistência, com produção de milho, mandioca, feijão e batata (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). Tratando-se do sistema produtivo, Oliveira (2010) argumenta que o modo de renovação da fertilidade adotado nesse período se caracterizava pelo sistema de

derrubada e queima da floresta nativa. Entretanto, a pequena extensão dos lotes, segundo Frantz e Silva Neto (2015) forçavam os colonos a cultivarem entre 30% e 40% da superfície agrícola disponível, reduzindo o tamanho da área de pousio e o período de duração do mesmo.

Silva Neto e Oliveira (2008) também sinalizam para uma importante presença da pluriatividade, com a realização de atividades não agrícolas pelos agricultores imigrantes. Estas atividades eram, em grande parte, relacionadas com o trabalho na construção de estradas e na extração de madeira das matas nativas. Silva Neto (2014) afirma que o fato de grande parte das Colônias Novas terem tido o Estado como organizador da ocupação, houve na construção de obras públicas uma oportunidade para os colonos recém assentados, saldarem sem grandes dificuldades suas dívidas da compra dos seus lotes de terra.

Além da produção de subsistência, a produção de banha de porco figurou como um primeiro produto excedente, elevando paulatinamente a importância da criação de suínos. Rapidamente, a banha de porco torna-se o produto de especialização das Colônias Novas (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). Inicialmente, este subproduto de origem animal era trocado, em comércios coloniais, por outros itens básicos. A construção da malha ferroviária e viária permitiu que após os anos 1920, o porco tipo banha fosse criado e comercializado em mercados regionais e nacionais (OLIVEIRA, 2010). De um modo geral, a banha se apresentou como produto de importância econômica elevada entre os anos 1920 e 1950, elevando o dinamismo econômico das Colônias Novas (FRANTZ; SILVA NETO, 2015).

No entanto, ainda no período de valorização comercial da banha, a agricultura colonial do Noroeste se depara com o início de sua primeira crise. A intensa exploração agrícola, decorrente da intensificação produtiva, em conjunto com a utilização de períodos de pousio de duração excessivamente curtos, foram os fatores causais da depressão que assolou a agricultura a partir dos anos 1940, e se estendeu até os anos 1960 (CALLEGARO; TREVISAN, 2015). É nesse período que a reconstituição da fertilidade das parcelas cultivadas – pela prática do pousio, da

adubação verde e de aportes de dejetos animais – encontrara seu limite, acarretando uma progressiva redução dos rendimentos e um aumento das demandas em trabalho agrícola. Como agravante desta situação, a partir dos anos 1960, os agricultores do Noroeste passam a assistir a uma queda dos preços do porco tipo banha, influenciado pela substituição da banha por óleos vegetais e pela introdução do suíno tipo carne (SILVA NETO; OLIVEIRA, 2008).

Foi somente na metade da década de 1960 que os problemas com a fertilidade do solo começam a ser reduzidos de forma mais consistente com a generalização do uso de fertilizantes industriais que compunham parte do pacote tecnológico da Segunda Revolução Agrícola Capitalista. Nesse período, o crédito rural foi a principal política de incentivo ao uso de calcário, adubos, inseticidas e fungicidas, inicialmente para o cultivo do trigo. Porém, a política de crédito rural apresentava a obrigatoriedade de introdução, por parte do agricultor, de uma cultura de verão em sucessão ao cereal de inverno, de modo que a soja passa a ganhar destaque progressivo (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que posteriormente à interrupção temporária de exportação da oleaginosa em 1972 pelos EUA, o contexto de valorização mundial beneficiou e incentivou a produção de soja no estado, sobretudo nessa região (MACHADO; FILIPPI, 2018).

Assim, o sistema de produção hegemônico implementado pelos agricultores passou ao que, ainda nos dias de hoje, é conhecido como binômio “soja-trigo”, cultivados no verão e inverno, respectivamente. Além da produção de grãos, nesse período identifica-se o abandono dos sistemas de criação de porco banha e a sua substituição por sistemas de criação tipo carne. Silva Neto (2014) destaca que a necessidade de adoção de raças de suínos melhoradas e a utilização de alimentos industrializados, não foi um processo generalizado, uma vez que apenas os agricultores familiares com uma maior capitalização prévia tiveram a possibilidade de reorientação de seus sistemas produtivos.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a recessão econômica põe fim ao modelo de incentivo à agricultura e embasa importantes efeitos sobre a agricultura

do Noroeste. Callegaro e Trevisan (2015) destacam que frente a esta situação, observa-se uma tendência de aumento da produção leiteira, que figura como uma atividade mais intensiva e com um maior potencial de agregação de valor. Por outro lado, os agricultores capitalizados e com maiores superfícies agrícolas intensificaram os sistemas de produção de soja (MACHADO; FILIPPI, 2018; OLIVEIRA, 2010). Tal intensificação se amplifica com o advento da biotecnologia e posteriormente com a conjuntura macroeconômica dos anos 2000 (DELGADO, 2012; MIELITZ NETO, 2008).

A produção de leite ainda hoje se configura como uma importante atividade na região, sendo o Noroeste responsável por 67% dos 3,9 bilhões de litros anualmente produzidos no Rio Grande do Sul (IBGE, 2018). O caráter adaptativo faz com que a produção leiteira se constitua como uma atividade básica e característica dos agricultores familiares, especialmente daqueles que dispõem de unidades produtivas com pequenas e médias extensões de terra (SILVA NETO; BASSO, 2005). Porém, as grandes transformações pelas quais vem passando a cadeia do leite no estado, desde os anos 1990, tem colocado em risco o caráter adaptativo e, por consequência, inclusive dessa atividade agrícola. Nesse sentido, Oliveira (2010) assinala que a busca por uma alta rentabilidade e a elevada concorrência no setor industrial de lácteos tem feito com que sejam adotadas estratégias que tendem a impor uma diminuição do número de agricultores envolvidos na atividade.

Em síntese, pode-se afirmar que a desarticulação do mercado do porco banha e o advento da Segunda Revolução Agrícola Capitalista, na metade do século XX, inseriu a região Noroeste no que Mazoyer e Roudart (2010) descreve como sendo uma “dinâmica de desenvolvimento e crise” da agricultura capitalista. Para os autores, na agricultura contemporânea os preços são formados a partir das condições existentes na economia, sendo estes proporcionais ao tempo necessário para a produção de cada unidade de produto. A produtividade, que é medida em unidades de produto produzidas por unidade de tempo, se coloca como

inversamente proporcional aos preços. Assim, o aumento da produtividade do trabalho socialmente necessário para produção de determinado produto, implica na diminuição do seu preço (MAZOYER; ROUDART, 2010; SILVA NETO, 2017). Nesse sentido, levando-se em consideração que um aumento geral da produtividade do trabalho induz a diminuição dos preços, aquelas unidades de produção que não aumentam a produtividade do trabalho, tendem a ter o seu valor agregado e a sua renda reduzida. Por sua vez, as unidades de produção que possuem meios para aumentarem sua produtividade, conseguem compensar a queda dos preços pelo aumento e intensificação da produção (MAZOYER; ROUDART, 2010; SILVA NETO, 2016, 2017).

Em termos práticos, consideradas as condições desiguais existentes na região Noroeste, que se aprofunda após a desarticulação do mercado do porco banha, pode se afirmar que parte dos agricultores que absorvem o pacote tecnológico da Segunda Revolução Agrícola Capitalista, e por consequência aumentam sua escala produtiva, passam a prosperar economicamente. Em contrapartida, os agricultores que não acumularam meios suficientes para o aumento de sua escala de produção, condição indispensável para a adoção do novo modelo de produção, tiveram dificuldades para a manutenção de suas atividades produtivas.

Até aqui, foi buscado destacar, de modo amplo e genérico, as transformações históricas por qual passou a agricultura da região noroeste durante o período de colonização. Na seção subsequente, serão apresentadas as transformações históricas ocorrentes nas regiões periféricas do Noroeste, utilizando como base analítica os municípios de Porto Lucena e Porto Vera Cruz. A análise das transformações da região periférica estudada, terá o objetivo de pontuar as diferenças em relação ao ocorrente ao centro, como também os seus impactos sobre a dinâmica atual da agricultura dessa região.

## **4 AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS, AS ESTRATÉGIAS E AS DINÂMICAS DA AGRICULTURA EM UMA REGIÃO PERIFÉRICA**

Tanto nos municípios de Porto Lucena e Porto Vera Cruz, como também em outros locais periféricos, a colonização teve início com a chegada da frente colonizadora que, há pelo menos três décadas, vinha formando colônias na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Como característica geral, este terceiro período teve a predominância da colonização privada, e a partir de 1920, incorporou as últimas áreas de floresta restantes.

Tratando-se do contexto histórico, Frantz e Silva Neto (2015) afirmam que, no início da década de 1920, o governo gaúcho suspendeu a política pública de colonização por falta de recursos. Embora enquanto política pública a colonização seja extinta, a disponibilidade de áreas florestadas ainda não exploradas em áreas periféricas da região Noroeste, a demanda por terras pelos colonos ainda não assentados, e a existência de companhias privadas de colonização, foram fatores que impulsionam este terceiro e último ciclo colonizador.

De todo modo, essa colonização tardia seria caracterizada por possuir inúmeras especificidades que parecem ser diferenciais para a dinâmica do desenvolvimento da agricultura nas regiões periféricas. Desse modo, pode-se aventar ao menos três importantes especificidades. A primeira especificidade identificada tem relação ao fato de que, diferentemente ao ocorrido nas colônias implantadas anteriormente na região Noroeste, a ocupação das regiões periféricas não mais contava com a supervisão do estado durante a implantação dos assentamentos. Tal situação impossibilitava os agricultores assentados de saldarem suas dívidas, decorrente da compra dos lotes por meio do trabalho na construção de estradas públicas, como também incutiu uma maior desorganização da ocupação nessas regiões. Nesse sentido, em Porto Lucena e Porto Vera Cruz não foi recorrente nenhum tipo de controle sobre o tamanho dos lotes e sobre o desenvolvimento da infraestrutura básica. Tal situação acarretou em uma desigual distribuição das áreas

de terras, diferenciando-se do processo de atribuição das terras existente na formação das Colônias Velhas e nas Colônias Novas. Corroborando com esse aspecto, Sponchiado (2000) destaca que a não fiscalização governamental acabou suscitando em um menor planejamento das regiões periféricas.

Uma segunda especificidade está relacionada ao distanciamento geográfico e a conseqüente problemas com infraestrutura viária. Desse modo, Porto Lucena teve a sua estrada de acesso finalizada apenas no início da década de 1950, momento em que a agricultura das colônias mais antigas do Noroeste, já apresentavam um importante dinamismo socioeconômico e uma integração ao mercado do porco banha. Cabe destacar que em virtude da própria integração tardia, a criação do porco banha acabou sendo pouco aproveitada nos locais periféricos. Assim, ao invés de desenvolver a criação do porco banha, os dois municípios periféricos se especializaram na produção de milho para a alimentação das criações localizadas nas regiões mais centrais do Noroeste.

Diante disso, o isolamento local, a precária infraestrutura viária, e a conseqüente inserção tardia e marginal no principal ciclo econômico da agricultura colonial da região, são fatores que embasam, e de certo modo justificam, o caráter periférico das regiões analisadas. Cabe ser lembrado que o ciclo do porco banha tem sua decadência no final dos anos 1950, de modo que a agricultura das regiões periféricas, tiraram um proveito restrito desse importante ciclo da economia regional.

Por último, mas não menos importante, a terceira especificidade é marcada pela própria descapitalização dos agricultores do último ciclo colonizador. Nesse sentido, a análise da história da agricultura de Porto Lucena e Porto Vera Cruz evidencia que muitos dos agricultores que se instalaram nestes locais tinham uma baixa capitalização e uma menor disponibilidade de meios de produção. Sendo comuns os casos de imigrantes que buscavam a sorte nas regiões periféricas, após haverem tido insucesso em outras tentativas de instalação, em frentes de ocupação anteriores.



Levando em consideração estas especificidades históricas, e realizando um paralelo com as regiões de colonização mais antigas do Noroeste, pode-se identificar as dificuldades que as regiões periféricas encontraram para o desenvolvimento da agricultura, posteriormente ao fim do ciclo do porco banha. Nesse sentido, considerando a baixa capitalização dos agricultores e a baixa integração regional de Porto Lucena e Porto Vera Cruz, a absorção do pacote tecnológico proposto pela Revolução Verde acabou sendo parcial e incompleta. Parcial em virtude de atingir apenas uma parcela dos agricultores e incompleta pelo fato de não haver uma total implementação dos elementos que compunham o pacote tecnológico. Desse modo, enquanto pode ser dito que as transformações históricas acabaram por inserir uma grande parte dos agricultores das Colônias Novas na clássica dinâmica de desenvolvimento e crise, proposta por Mazoyer e Roudar (2010) e discutida acima, nas regiões periféricas as dinâmicas operantes foram mais diversificadas e complexas.

Por conta disso, cabe a análise das estratégias produtivas implementadas pelos agricultores de Porto Lucena e Porto Vera Cruz a partir da desarticulação do mercado do porco banha. A primeira estratégia foi principalmente desenvolvida por agricultores que tiveram dificuldades em acumular capital com as atividades agrícolas no início da colonização e que detinham pequenas áreas para realizarem suas atividades agrícolas. Dessa forma, posteriormente à decadência do mercado do porco banha, a elevada disponibilidade de mão de obra familiar e a limitada área agrícola disponível fizeram com que a alternativa produtiva encontrada fosse a produção de tabaco. Cabe salientar que a produção de tabaco tem como característica central ser uma atividade de elevado potencial de geração de renda por área ocupada e altamente demandadora de mão de obra.

Mesmo a realização da produção de tabaco não impediu o êxodo de inúmeros agricultores, que não tiveram meios suficientes para modificar seus sistemas de produção e permanecer na agricultura. Nesse sentido, os dados censitários de 1970 e 1991, para Porto Lucena e Porto Vera Cruz, registram um

déficit da população rural de aproximadamente 41% no período. Posterior a década de 1990 e no decorrer dos anos 2000, o arrefecimento da produção de tabaco permitiu o surgimento de estratégias produtivas relacionadas à produção de leite e à produção de frutas e verduras. Em síntese, essa primeira estratégia desenvolvida pelos agricultores buscou assegurar a reprodução social e uma maior integração ao mercado através da realização de atividades intensivas no uso do trabalho e das áreas disponíveis pelos agricultores.

Uma segunda estratégia produtiva foi implementada por agricultores que também tiveram dificuldades em se capitalizar, após o final do ciclo do porco banha. Porém, como diferencial, tais agricultores detinham áreas agrícolas de maior tamanho, que embora fossem pouco aptas ao cultivo de grãos, devido as características topográficas e pedológicas, foram utilizadas a partir da década de 1990, principalmente, para a criação de gado de corte em regime extensivo. Ou seja, enquanto a primeira estratégia produtiva apresenta um caráter mais intensivo do uso da terra, a segunda estratégia é baseada em um uso mais extensivo das áreas, nomeadamente com a realização de uma pecuária de corte em regime extensivo.

Em meio a estas dinâmicas, mais recentemente se constatou o surgimento de uma nova categoria social de agricultores na região, que incutiram o desenvolvimento de uma terceira estratégia produtiva. Essa nova categoria é formada por produtores externos a agricultura local, que implementam sistemas de produção baseados na criação de gado de corte em grandes áreas, porém com um impacto diferenciado sobre o desenvolvimento local. Considerando que a agricultura de Porto Lucena e Porto Vera Cruz ainda sofre com a ocorrência do êxodo rural e a existência de propriedades sem sucessão familiar, a oferta de terras para venda e arrendamento tem atraído investidores externos. Tais investidores têm adquirido grande parte das pequenas propriedades, implantando a criação de gado de corte em sistemas extensivos e semiextensivos, em unidades de produção com área consideravelmente superior àquelas exploradas pela

agricultura familiar local. Geralmente esses indivíduos são profissionais externos à agricultura, que se dedicam principalmente a atividades urbanas em municípios do Noroeste. Demonstrando esta dinâmica, a comparação dos dados censitários de 2006 e 2017 apresenta uma diminuição no número e no percentual de estabelecimentos agropecuários familiares em paralelo com o aumento dos estabelecimentos não familiares (IBGE, 2006, 2018).

Tabela 1 – Percentual de estabelecimentos familiares e não familiares em Porto Lucena e Porto Vera Cruz nos dois últimos Censos Agropecuários

Municípios	Censo Agropecuário 2006		Censo Agropecuário 2017	
	% de estabelecimentos familiares	% de estabelecimentos não familiares	% de estabelecimentos familiares	% de estabelecimentos não familiares
Porto Lucena	94,28%	5,72%	87,98%	12,02%
Porto Vera Cruz	88,13%	11,87%	85,34%	14,66%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo Agropecuário 2006 e 2017 (IBGE, 2006; 2018)

Nesse sentido, pode-se assim afirmar que na dinâmica atual da região, o aumento da vulnerabilidade de alguns agricultores abre precedentes para a ampliação da importância de categorias sociais externas à dinâmica local. Isso pelo fato de que, até o momento, esta nova categoria social tem sido o principal agente concentrador de meios de produção, nos municípios de Porto Vera Cruz e Porto Lucena. Dito de outra forma, em virtude das dificuldades dos agricultores locais há uma tendência ao aumento da importância dos agricultores externos às regiões periféricas.

A última estratégia produtiva identificada tem ligação com aqueles agricultores que lograram êxito em realizarem uma integração marginal no ciclo virtuoso do porco banha. Dessa forma, estes agricultores, que alcançaram uma maior capitalização ao longo da história agrária de Porto Lucena e Porto Vera Cruz,

tem posto em prática estratégias produtivas muito similares às encontradas em outros municípios do Noroeste. Tais estratégias se baseiam principalmente na produção grãos, de leite em maior escala e na produção suínos em regime de integração. Igual ao ocorrido na região Noroeste, estes produtores se inserem na clássica dinâmica de busca de maior produtividade para compensarem uma baixa dos preços reais, como já tratado por Mazoyer e Rudart (2010).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise comparada das transformações históricas demonstra que o menor apoio à instalação das colônias, o isolamento local, a precariedade da infraestrutura viária, a baixa capitalização inicial dos agricultores, comprometeram a inserção dos municípios analisados na economia regional. Somente tardiamente e de modo precário constata-se a inserção da agricultura de Porto Lucena e Porto Vera Cruz no principal ciclo econômico da agricultura colonial da região Noroeste, o ciclo do porco banha. Embora estes sejam fatos longínquos na história agrária regional, são elementos considerados essenciais para a compreensão da situação e o estágio de desenvolvimento atual da agricultura da região periférica analisada.

Nesse sentido, pode-se destacar três estratégias produtivas implementadas pelos agricultores locais. São elas (i) a realização de atividades com maior possibilidade de geração de valor, para aqueles agricultores que dispõem de menor área; (ii) a implementação de atividades mais extensivas, para os que dispõem de áreas mais extensas; e (iii) a intensificação produtiva por meio do uso do pacote tecnológico proporcionado pela Revolução Verde, por aqueles que tiveram uma maior capitalização prévia. Além destas três, pode-se identificar uma dinâmica associada à agricultura local relacionada a uma categoria social específica. Essa categoria social, composta por produtores externos à agricultura local, tem se caracterizado pela concentração dos meios de produção nos municípios analisados. Por fim, deve ser destacado que o caso dos dois municípios periféricos

estudados, pode em algum grau representar as tendências de evolução e desenvolvimento de outros locais periféricos do Noroeste do Rio Grande do Sul. Porém, outros estudos devem ser realizados para que essa hipótese possa ser confirmada.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, J.; BENETTI, M.; BANDEIRA, P. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. 1994.

CALLEGARO, S. S.; TREVISAN, L. P. Análise-Diagnóstico da agricultura de Santa Rosa. *In*: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. 2. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2015. p. 97-120.

CONCHA, M.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. Tipologia dos municípios gaúchos com base nos dados dos censos Agropecuário de 2006 e Demográfico de 2010. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 983-1006, 2013. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2804/3203>. Acesso em: 25 ago. 2018.

DEFFONTAINES, J. P.; BROSSIER, J. Systeme agraire et qualite de l'eau. Efficacite d'un concept et construction negociée d'une recherche. **Natures Sciences Sociétés**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 14-25, 2000. DOI 10.1016/S1240-1307(00)88789-0. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1240130700887890#ab1%3E%20%20Acesso%20em:%2023%20set.%202017>. Acesso em: 23 set. 2017.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. **Mesorregiões geográficas (IBGE), Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://mapas.fee.tche.br/wpcontent/uploads/2011/11/Mesorregioes.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. *In*: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. 2. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2015. p. 32-50.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1991**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/166>. Acesso em: 23 mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1431>. Acesso em: 14 jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6913>. Acesso em: 14 jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1970**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3214>. Acesso em: 23 mar. 2017.

MACHADO, J. T. M.; FILIPPI, E. E. As tendências históricas do desenvolvimento brasileiro e suas relações com o desenvolvimento sócio espacial rural na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 43, p. 353-385. 2018. DOI 10.21527/22376453.2018.43.353-385. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6664>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MACHADO, J. T. M.; TONIN, J.; SILVA NETO, B. Situação e perspectivas da agricultura do município de Cerro Largo (RS): um estudo baseado na análise-diagnóstico de sistemas agrários. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 11, 2016 Pelotas. **Anais[...]**. Pelotas: SBPS, 2016. p. 1-15.

MATTE, A.; WAQUIL, P. D. Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida de pecuaristas de corte no sul do Rio Grande do Sul. *In*: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016. p. 237-264.

MAZOYER, M. **Dynamique des systèmes agraires**. Paris: ORSTOM, 1986.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

MIELITZ NETO, C. G. A. Política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. *In*: **Análise comparada de políticas agrícolas**. Rio de Janeiro: MAUAD/Cirad, 2008. p. 53-80.

MIGUEL, L. A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018.

MIGUEL, L. A. *et al.* Abordagem sistêmica e sistemas agrários. *In*: MIGUEL, L. A. (org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018. p. 11-54.

MIGUEL, L. A. Sistemas agrários e desenvolvimento rural. *In*: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (org.) **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 297-312.

OLIVEIRA, A. **O padrão tecnológico na produção de leite e o desenvolvimento rural**: uma análise baseada nos sistemas de produção do município de Ijuí. 2010. 137 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

SILVA NETO, B. **A questão agroecológica**: uma perspectiva ecossocialista. Curitiba: Ed. CRV, 2017.

SILVA NETO, B. **Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção**: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético. Cerro Largo: Ed. da UFFS, 2016.

SILVA NETO, B. Apresentação à 2ª edição. *In*: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. 2. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2015. p 13-28.

SILVA NETO, B. **Les potentialités de l'agriculture familiale dans une région de grands domaines d'élevage extensif**: contribution à la réflexion sur la réforme agraire dans l'État du Rio Grande do Sul (Brésil). 1994. 198 p. Tese (Doutorado em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola) - Intitut National Agronomique Paris-Grignon, Paris, 1994.

SILVA NETO, B. Sistemas agrários e agroecologia: a dinâmica da agricultura e as condições para uma transição agroecológica no município de Porto Xavier (RS). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, p. 1-9, 2014. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/15743/10187>. Acesso em: 18 maio 2022.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações políticas. 2. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2015.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. J. P.; BASSO, D. **Teoria dos sistemas agrários**: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. Santa Maria, v. 4, n. 1 p. 6-19. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6128/3635>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SILVA NETO, B.; OLIVEIRA, A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 83-108, 2008. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/297> Acesso em: 18 maio 2022.

SILVA NETO, B; BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 3, n. 5, p. 53-72, 2011. DOI 10.21527/2237-6453.2005.5.53-72. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/106>. Acesso em: 21 mar. 2020.

SPONCHIADO, B. A. **O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul**. 2000. 347 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

WAQUIL, P. D.; FILIPPI, E. E. Desigualdades regionais e desempenho diferenciado dos municípios do Rio Grande do Sul: uma análise a partir de elementos rurais. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 50, 2008. Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: SOBER, 2008. p. 1-19.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho - 1850-1920**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997.

## **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:**

### **1 – José Tobias Marks Machado:**

Engenheiro Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural

<https://orcid.org/0000-0002-1725-7166> • [jtmachado@utfpr.edu.br](mailto:jtmachado@utfpr.edu.br)

Contribuição: Análise formal, Investigação, Escrita -rascunho original, Escrita – revisão e edição.

### **2 – Lovois de Andrade Miguel:**

Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola

<https://orcid.org/0000-0001-7194-6774> • [lovois@ufrgs.br](mailto:lovois@ufrgs.br)

Contribuição: Conceituação, Supervisão, Validação, Escrita – revisão e edição.

### **3 – Jeferson Tonin**

Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural

<https://orcid.org/0000-0003-3410-7247> • [jefersontonin@ufam.edu.br](mailto:jefersontonin@ufam.edu.br)

Contribuição: Análise formal, Escrita -rascunho original, Escrita – revisão e edição.

## **Como citar este artigo**

MACHADO, J. T. M.; MIGUEL, L. A.; TONIN, J. Dinâmica da agricultura em regiões periféricas: o caso de Porto Lucena e Porto Vera Cruz no Noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil; **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 3, e14, p. 1-24, jul./set. 2021. DOI 10.5902/2318179643327.

Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179643327>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.